

# HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL\*

Sílvia Tatiana Maurer Lane

## Introdução

Uma revisão da psicologia comunitária no Brasil não pode ser feita fora do contexto econômico e político do Brasil e da América Latina. Sem dúvida, o golpe militar de 1964 tem muito a ver com o seu surgimento, pois se num primeiro momento (1968-75) vivemos um período de extrema repressão e violência, quando uma reunião de cinco pessoas já era considerada subversão, ele fez com que, individualmente, os profissionais de psicologia se questionassem sobre a atuação junto à maioria da população, e de qual seria o seu papel na sua conscientização e organização.

Esta preocupação é mais sentida na universidade, quando a partir dos movimentos de 1968, questionando o ensino e a academia, e desenvolvida uma reflexão crítica quanto ao seu papel, principalmente em países do Terceiro Mundo que não podem se dar ao luxo de uma universidade

---

Trata-se da 1ª parte revista e ampliada de um artigo em co-autoria com Bader B Sawaia enviado para publicação num livro sobre psicologia social comunitária na América Latina, organizado por Sanchez, E e Wiesenfeld, E, a ser publicado na Venezuela

fechada numa "torre de marfim". Neste contexto, os professores dos cursos de formação profissional do psicólogo questionam a sua prática, ao mesmo tempo em que a crise da psicologia como ciência está patente, em que a antipsiquiatria abala os conceitos de doença mental, deslocando o problema para a questão da saúde mental e para uma possível ação preventiva junto à maioria da população pobre, oprimida e desatendida pelo Estado.

É nesse período também que surge nos Estados Unidos e em vários países da América Latina a expressão "psicologia comunitária", referindo-se à atuação de profissionais junto a populações carentes, porém a maioria dos trabalhos dessa época tinham um forte cunho assistencial e manipulativo, utilizando técnicas e procedimentos sem a necessária análise crítica - a intenção era boa, porém não os resultados obtidos.

Fora da universidade, médicos e psiquiatras preocupados com a saúde pública e uma ação preventiva criam, na década de 70, os centros comunitários de saúde mental que, segundo A. Abib Andery (1981:12), o fazem numa tentativa de superar os clássicos hospitais psiquiátricos, mas também, nesse caso, as mudanças foram mais aparentes do que estruturais.

Por outro lado, já na década de 60 surge uma preocupação com a educação popular, com a alfabetização de adultos como instrumento de conscientização - são os trabalhos de Paulo Freire e de outros, dos quais participavam diversos profissionais e, entre eles, psicólogos, sem qualquer preocupação em definir especificidades em termos de áreas de trabalho - eram atividades inerentes à cidadania. Essas experiências levam os psicólogos, na década de 70, a desenvolverem atividades em comunidades em termos de educação popular, tendo como meta a conscientização da população.

Assim vamos encontrar, sob o rótulo de psicologia social comunitária, uma prática voltada a: a) prevenção da saúde mental, unindo psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais e b) educação popular com a participação de pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais. No encontro de 81 as duas linhas se confundem. Também neste encontro uma questão pouco discutida, mas necessária de ser aclarada, foi colocada: "O que é uma comunidade?" Ela é possível numa sociedade capitalista baseada na idéia de competição? Ou ela é uma utopia que se pretende atingir algum dia?

Na nossa revisão utilizaremos dois referenciais: 1) o 1º Encontro Regional de Psicologia na comunidade, realizado em São Paulo em 1981, com trabalhos realizados na década de 70 e 2) o 2º Encontro Regional, ocorrido em Belo Horizonte em 1988, com relatos referentes a trabalhos da década de 80. Ambos foram organizados pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), tendo por objetivos a troca de experiências e, principalmente, o de não cometer os mesmos erros. Em cada encontro foram apresentados em torno de 10 relatórios, para uma audiência de mais de 100 profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, educadores, sociólogos etc. Podemos observar nestes dois encontros o contraste entre preocupações com a saúde mental e aqueles com a educação popular, ambos com objetivos diferentes.

### **O encontro de 1981 - À procura de uma compreensão de uma psicologia social comunitária**

O Projeto de Saúde Mental Comunitária do Jardim Santo Antônio foi apresentado por Helio Figueiredo, como proposta que se origina na universidade em 77, numa visão do compromisso dela com a sociedade. A equipe e forma-

da por dois professores de psicologia, uma socióloga e um administrador que devem orientar alunos estagiários do curso de psicologia.

O projeto é precedido por uma pesquisa que deverá dizer o melhor local de trabalho, e levando ao aluguel de uma sede própria em julho de 79, onde são prestados serviços como: atendimento psicológico individual e grupal, acompanhamento do clube de mães e grupo de jovens, e promoção de reuniões da equipe com grupos do bairro a fim de se definir programas de ação. A presença constante e fixa da equipe no bairro faz com que os grupos passem a procurá-la, tendo como referência a casa da sede.

Com o objetivo de atuar a nível da saúde mental, a equipe detecta como principais problemas da população, além de questões como ausência de infraestrutura, baixos salários, violência urbana, desgaste físico e psicológico, a questão da perda da identidade cultural, devido à migração, a ação dos meios de comunicação transmitindo a ideologia de uma sociedade de massa e de consumo e, por último, a ausência de organização popular.

Da prática desenvolvida, o grupo profissional chega à definição clara de seu objetivo que seria o de proporcionar o crescimento da consciência dessa população através da participação dos indivíduos em grupos, que os levariam a superar o individualismo e a se unirem em atividades que visassem mudar o seu cotidiano.

Uma outra experiência é relatada por Pedro de C. Pontual e Paulo Moldes (1981), realizada pelo centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae - SP, cuja proposta é de intervenção crítica e de prestação de serviços nas áreas de saúde e educação, através de duas equipes interdisciplinares (jornalistas, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, teólogos, economistas, pedagogos, geógrafos, engenheiros e arquitetos).

Os princípios básicos que norteiam as duas equipes são: a importância da organização legítima dos trabalhadores por eles mesmos; a importância do controle pela base dos movimentos populares; a importância do aspecto organizativo como conscientizador dos movimentos; e, o profissional como dinamizador, como animador dos grupos, nunca como liderança. É Pontual que afirma: "Nesse sentido, o que identifica qualquer profissional ligado realmente aos movimentos populares e o seu papel de educador popular, embora ele possa dar uma contribuição maior na área de conhecimento em que ele se formou" (1981:30), e continua dizendo que, enquanto psicólogos, devem lidar com a dinâmica de grupos, de encontros, com questões metodológicas e de avaliação, também devem lidar com as tensões e problemas de relacionamento, porém sem fazer recortes - todos se identificam como educadores populares.

Há ainda o relato da atuação da equipe junto à população visando definir problemas prioritários que levam a comunidade a questionar-se o quanto sabe sobre a própria realidade e a realizar uma pesquisa no bairro e apresentar os seus resultados em um caderno em quadrinhos que, divulgado, leva a uma assembleia com objetivo de discutir os resultados da pesquisa e definir os problemas prioritários, ou seja, creche, posto de saúde e coleta de lixo. A discussão da creche, por sua vez, leva à produção de um filme super 8 sobre as crianças do bairro, que, quando exibido, mobiliza a população num movimento reivindicatório por creche.

Um terceiro relato, nesse encontro, referiu-se à utilização do psicodrama-pedagógico com mulheres na periferia, apresentado por Maria Alice Vassimon (1981:39-45). É colocado como objetivo a educação popular, auxiliando "o grupo a perceber a sua própria realidade, a sua própria cultura" (Vassimon, 1981:41). O trabalho inicia-se com 60

mulheres ávidas em discutir problemas de seu cotidiano em relação a filhos, maridos, casa, família etc., e a equipe (também interdisciplinar) preocupa-se, durante dois anos, em "como tornar o grupo independente, e assumir a própria história e seu próprio caminho" (1981:41).

Este grupo de mulheres assume o clube de mães, aproxima-se da escola, organiza uma feira de arte e trabalha no posto de saúde dando curso para gestantes, cada vez mais independentes da equipe, à qual recorrem quando necessário, necessidade essa que se espaça cada vez mais ao longo do tempo.

O relato encerra-se com uma reflexão sobre o psicodrama como sendo "uma forma de aproximação extremamente saudável, porque não se fica falando, e, para o povo, falar nem sempre é fácil (...) e para estimular uma libertação, imprimir a direção a sua própria realidade (o psicodrama) e muito importante" (1981:48).

Brühl e Malheiros apresentaram suas reflexões sobre a psicologia social comunitária no Nordeste (Paraíba), agora voltada para uma formação universitária a nível de mestrado em psicologia na comunidade da Universidade Federal da Paraíba.

Das observações e experiências realizadas, os autores definem dois níveis de atuação: 1) desenvolvimento de trabalho educacional visando a mobilização e organização de grupos comunitários para a busca de soluções de seus problemas; 2) desenvolvimento de trabalho de assessoramento a grupos já existentes.

E finalizam afirmando que a atuação do psicólogo "deve dar-se no sentido de que a resolução das situações de crises individuais resulte na superação das contradições sociais que geraram" (1981:102) através de um processo de conscientização.

Outras experiências em centros de saúde, em bairros, com grupos de mulheres, de adolescentes, de teatro, e outros, foram apresentados, sempre enfatizando o grupo como condição básica tanto para a ação clínica, como preventiva e educativa.

O Encontro de 1981 se encerra com o questionamento se a atuação do psicólogo se caracteriza por tarefas visando a prevenção e a cura da doença mental ou por tarefas educativas e conscientizadoras. "O que é específico da psicologia e dos demais profissionais envolvidos nas mesmas tarefas? E, qual o papel da universidade?" (1981:987).

O que vemos nesse momento é ainda uma visão do psicólogo que se define pelas técnicas que utiliza e não pelo conhecimento que ele tem do psiquismo humano, do indivíduo como pessoa que se constrói na relação com os outros, no desenvolvimento de suas atividades, no movimento de sua consciência e na produção de sua identidade. É ainda uma visão fragmentada do indivíduo: aprendizagem, educação e um processo, terapia e outro, conscientização e outro ainda. Parece que o único ponto constante é a relação grupal, e no encontro com os outros semelhantes que descobrimos a realidade, que descobrimos a individualidade e a sociedade. As diferentes idéias são discutidas em torno de técnicas ao invés de considerarem a natureza do psiquismo humano e a natureza do indivíduo que interage com outros.

### **Encontro de 1988: À procura da sistematização**

No Encontro Mineiro de Psicologia Comunitária de 1988, os relatores procuraram definir qual a especificidade da prática psicológica em comunidade, e grande ênfase é dada às técnicas de dinâmica de grupo como se pode observar nos relatos de Elizabeth Bomfim (1988:200). É a

partir do conhecimento dos grupos e das instituições que se chega à organização popular - é a experiência que ela e Marília N. da Mata Machado relatam sobre a favela de Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte. As atividades desenvolvidas, além de propiciar o treinamento de estudantes de psicologia, treinam os moradores em técnicas de auto-organização, através de recursos que vão desde um vídeo sobre a favela, de informações sobre direitos que a comunidade tem para ir em busca de soluções, até uma prática grupal - espaço de palavra livre - visando a auto-organização e a criação de cooperativas. A atuação clínica se dá em termos de análise e terapia da autodepreciação visando o erguimento da auto-estima.

É ainda na Vila Acaba Mundo que Alayde M. Caifa de Arantes (1988:150) relata sua experiência com grupos de adolescentes, onde "não se fala em psicólogos" mas se trabalha em artesanato, visando, através do desenvolvimento grupal, a compreensão das relações sociais e das regras necessárias para uma melhor convivência.

Elizabeth Bomfim sintetiza o trabalho de seu grupo afirmando a existência de uma relação estreita entre saúde e condições de vida, cabendo ao psicólogo atuar no sentido de que "as condições e modos de vida precisam ser dominados para que haja autonomia de sujeito para exercer a sua saúde" (1988:202).

O trabalho apresentado por Angela Caniato e uma avaliação da experiência realizada pela Universidade de Maringá em uma comunidade atendida por posto de saúde, e conclui que "o psicólogo esbarra nos limites teóricos e técnicos de sua formação na universidade, que não lhe permite responder às demandas de atendimento psicossocialmente colocadas pelas populações que freqüentam estes postos de saúde" (1988:180). E continua afirmando que "o cidadão desaparece sob o indivíduo doente que



procura o psicólogo para se tratar” (1988:181). Daí a necessidade de se resgatar a individualidade e a subjetividade-competência do psicólogo.

Por fim, William C.C. Pereira faz uma análise do individualismo como produto da modernidade, e, analisando o filme “A classe operária vai ao paraíso”, conclui que a grande vítima, mais do que o corpo do indivíduo, é a subjetividade negada por um poder arbitrário.

Resgata a questão do poder que permeia as relações sociais, apontando para a necessidade de se diferenciar “poder-trabalho-serviço” de “poder-dominância-autoritarismo”, o primeiro sendo um jogo de mútuas influências e o segundo apenas um fetiche.

Concluindo o relato deste Encontro, podemos observar um avanço na definição do que seja uma atuação do psicólogo em comunidades, cabendo a ele desenvolver grupos que se tornem conscientes e aptos a exercer um autocontrole de situações de vida através de atividades cooperativas e organizadas. Para tanto, o entendimento de relações de poder que se constituem no cotidiano e de grande importância para a compreensão tanto da violência arbitrária quanto de uma ação cooperativa e transformadora. Por outro lado, o resgatada subjetividade que implica na compreensão das representações do mundo em que vive até às emoções e afetos que definem a sua individualidade única.

Além destes trabalhos apresentados nos Encontros, várias universidades têm criado o que chamam de “serviço de extensão” visando integrar alunos e professores de diferentes áreas na prestação de serviços à sociedade em geral, e nesta linha a participação de psicólogos em trabalhos comunitários tem sido bastante significativa.

À guisa de exemplo gostaríamos de relatar o trabalho desenvolvido na Universidade Metodista de Piracicaba -

SP (UNIMEP), onde o serviço de extensão se origina pela atuação da equipe de psicólogos sociais liderada por Lucila Reboredo, junto à população favelada da cidade, levando-a a se constituir em associação, a reivindicar seus direitos, a melhorar sua condição de vida, chegando a um projeto de autoconstruções, com a participação de vários setores da universidade. É um trabalho que foi relatado e analisado por Reboredo em sua tese *de* doutorado, o qual já se estende por vários anos e se amplia para outras atividades, garantida pela institucionalização do setor de extensão universitária integrada ao ensino e à pesquisa.

## **Trabalhos comunitários na zona rural**

Acreditamos ser importante ainda uma menção aos trabalhos comunitários desenvolvidos na zona rural, provavelmente os primeiros a falarem em comunidade, contando com a participação de cientistas sociais, e que se estendeu de forma semelhante por vários países da América Latina.

Na década de 40 encontramos os chamados centros sociais que deram origem aos atuais centros comunitários. Esses contavam com o apoio da Igreja Católica, de assistentes sociais e órgãos governamentais, criando equipes itinerantes interdisciplinares (médicos, agrônomos, assistentes sociais e outros) que procuravam organizar grupos locais que dessem continuidade aos trabalhos propostos - basicamente educativos. Porém estes em pouco tempo se desfaziam.

Após a II Guerra Mundial, a ONU desenvolve um programa de Desenvolvimento de comunidades que no Brasil contou com a cooperação dos Estados Unidos, visando a consolidação do sistema capitalista. Em 1951 são definidos os objetivos destes centros, entre eles, o de: "constituir-se uma organização democrática obedecendo

ao propósito de fomentar a solidariedade comunal, dispondo, para tal fim, de um local onde possam se reunir, em pé de igualdade, os residentes de um mesmo setor, para participar de atividades sociais, recreativas e educativas” (Apud Amman, 1985:38).

As atividades desenvolvidas nestes centros se caracterizavam por serem “acríticas e aclassistas”, procurando através da ação comunitária desenvolver os indivíduos e, conseqüentemente, a sociedade. O combate ao analfabetismo foi a primeira meta, seguida do ensino de tecnologias agrícolas, e, numa segunda etapa, criam-se instituições que visam uma maior integração social.

Em um seminário realizado em 1960 foram estabelecidos princípios básicos para o desenvolvimento comunitário, que implicavam na ajuda de cientistas sociais orientados pela perspectiva positivista de sociedade que levava a uma postura essencialmente paternalista, mas com um discurso desenvolvimentista. Tratava-se de harmonizar, através da participação de todos, os conflitos existentes, acreditando “que a igualdade social poderia brotar automaticamente das estruturas econômicas sociais e políticas do capitalismo monopolista” (Fernandes, F., “Prefácio” in Amman, 1985:43).

Um destes centros comunitários foi estudado por Patrícia Maria G.C. Mortara para a sua dissertação de mestrado, defendida em setembro de 1989. Através de entrevistas abertas e de análise das representações sociais de moradores de um bairro da cidade de Amparo no interior do Estado de São Paulo, Mortara estuda a consciência social de participantes de atividades do centro comunitário que congrega grande parte dos moradores do bairro.

O centro comunitário foi criado em 1969 por fazendeiros e lideranças locais (que o sustentam até hoje), visando atuar na saúde preventiva e curativa e na educação formal

e informal, tendo por finalidade "promover o homem, integrando-o no meio em que vive" (Mortara, 1989:72). Atualmente, o centro desenvolve atividades tais como: grupos de mães e jovens, atividades educativas desde pré-escola até a integração escola-comunidade, serviços ambulatoriais médicos e dentários, atendimento psicológico, cursos profissionalizantes e recreações sociais.

Cabe observar que aqui o psicólogo e o profissional clínico que atende pacientes encaminhados, sem qualquer participação mais ativa nas relações comunitárias, apenas faz parte de uma equipe que presta serviços à população.

Ao analisar as representações de moradores participantes de atividades do centro, Mortara mostra com clareza que os homens antes colonos, ora assalariados, mantêm uma relação afiliativa com os patrões que "são bons e não pagam melhores salários porque não podem", a culpa é do governo... As mulheres cuidam dos afazeres domésticos e dos filhos quando casadas, ou trabalham em atividades femininas procurando sempre que possível ajudar os outros. "A união entre os moradores do bairro é exaltada em contraposição a outros locais" (Mortara, 1989:162-163).

Em suma, este estudo mostra com clareza a existência de trabalhos comunitários que, por sua origem paternalista e objetivos assistenciais, levam à manutenção de consciências fragmentadas pelo idealismo e individualismo, e, de fato, impedindo qualquer avanço tanto na ação como na consciência.

Não podemos deixar de mencionar que alguns anos antes (fins da década de 40 e início de 50), em Minas Gerais, uma psicóloga, Helena Antipoff, defendia o princípio da educação democrática e de que a inteligência era algo construído socialmente. Na Fazenda do Rosário ela criou um centro educacional onde qualquer criança deficiente, abandonada, pobre ou rica, branca ou preta -

tinha seu lugar garantido. Criou, também, a Associação Comunitária do Rosário, na qual psicóloga, educadores e a comunidade trabalham em conjunto pela melhoria das condições de vida da população e por sua autonomia. Toda esta história, tão brasileira nos seus contrastes, foi pesquisada por Regina Helena de F. Campos em sua tese de doutorado, e continua a ser pesquisada por seus alunos (Campos, 1990). Os resultados destes trabalhos podem ser vistos no museu dedicado a Helena Antipoff, na Secretaria da Educação de Minas Gerais.

Se o estudo de Mortara caracteriza a maioria dos centros comunitários na zona rural, existem exceções onde se procura desenvolver uma psicologia social comunitária visando a organização da população para ações com autonomia que levem à solução de problemas concretos oriundos da contradição fundamental entre capital e trabalho.

É o caso de trabalhos desenvolvidos no Estado do *Ceará*, a partir do serviço de extensão da Universidade Federal deste Estado, sob a coordenação do professor e psicólogo Cezar Wagner de Lima Góis. São trabalhos publicados\* , que conhecemos em recente visita ao *Ceará* por ocasião da 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Portanto estaremos apresentando o relato oral do professor Wagner Góis e a visita que fizemos, em sua companhia, a uma aldeia de pescadores onde um grupo de psicólogos e educadores atuam.

Um dos trabalhos relatados ocorria junto a uma comunidade agrícola-extrativa no "agreste" que se achava em sua fase final, ou seja, a retirada da equipe universitária do local, dado o desenvolvimento e autonomia organizativa da po-

---

\* Em janeiro de 1990, a Revista *Psicologia e Sociedade* da ABRAPSO publicou o primeiro trabalho relatado: "Pedra Branca, uma contribuição comunitária". Ano V, novembro de 89 a março de 90, p 95-118.

pulação. Era um trabalho de alguns anos de troca de saberes, de participação em grupos e de assessoria requerida que atingia o seu objetivo: a consciência da cidadania, a visão clara dos problemas vividos e dos canais para possíveis soluções. Nesta fase final, a ida da equipe ao município era esporádica, havendo mais uma intenção de "reforço" do que de assessoria, para garantir um sentimento de segurança e ao mesmo tempo algo como "se precisarem de nós, estamos aqui".

A outra comunidade, na qual assistimos a uma reunião aberta, era uma aldeia de pescadores que estavam sendo expulsos por industriais explorando o pescado em larga escala, impedindo direta e indiretamente a sobrevivência alimentar e econômica dos pescadores e suas famílias. A reunião visava discutir os direitos violados e como agir para defendê-los. As sugestões variaram desde a resistência armada até o apelo às instituições governamentais, e as estratégias propostas consideravam os mais diferentes ângulos, até chegarem à decisão de recorrer às instituições legais, porém com a mobilização dos meios de comunicação de massa e sem deixar a vila desprotegida. A reunião terminou com a designação de quem faria o quê. Pudemos notar que a equipe da universidade, apesar de bastante entrosada e querida pelos moradores do local, apenas assistia à discussão, coordenada por um deles, e só participava quando solicitada para algum esclarecimento. Notamos a confiança no poder de decisão do grupo - sinal de uma autonomia em construção.

## **Em busca de uma sistematização teórico-prática**

Certamente não demos conta com estes relatos de todas as experiências em psicologia social comunitária que vêm ocorrendo no Brasil, porém acreditamos que eles sejam significativos em termos de representatividade das

grandes questões teóricas e práticas que a caracterizam hoje em nosso país.

A partir desta revisão nos compete ainda uma sistematização teórico-prática, dentro dos pressupostos que vêm orientando nossos trabalhos nestes últimos anos.

As diversas experiências comunitárias vêm apontando para a importância do grupo como condição, por um lado, para o conhecimento da realidade comum, para a auto-reflexão e, por outro, para a ação conjunta e organizada. Em outros termos, estamos falando da consciência e da atividade - categorias fundamentais do psiquismo humano, que sistematizam muito do que se sabe sobre comportamento, aprendizagem e cognição. Quando se procura resgatar a subjetividade, esta implica necessariamente em identidade, categoria que leva ao conhecimento da singularidade do indivíduo que se exprime em termos afetivos, motivacionais, através das relações com os outros - ou seja, na vida grupal.

A análise das três categorias fundamentais - atividade, consciência e identidade - só se faz pelo registro de mediações com a linguagem (e o pensamento), ferramenta essencial para as relações com os outros e que irá constituir os conteúdos da consciência. E são também estas relações sociais que se desenvolvem através de atividades que, por sua vez, sofrem a mediação das emoções individuais, possivelmente constituindo conteúdos inconscientes presentes tanto na consciência como na atividade e na identidade.

Sintetizando, o psicólogo na comunidade trabalha fundamentalmente com a linguagem e representações, com relações grupais - vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade - e com as emoções e afetos próprios da subjetividade, para exercer sua ação a nível da consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos que irão, algum dia, viver em verdadeira comunidade.

E é Góis (1990:117) quem melhor define esta prática: "Fazer psicologia comunitária e estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si (identidade) e de uma nova realidade social".

Acreditamos que estes aspectos teóricos estão concretizados na pesquisa de Bader B. Sawaia, onde, através de sua participação junto a mulheres de uma favela, analisa o movimento de consciência imbricada nas atividades desenvolvidas por elas ao longo de quatro anos. Sawaia demonstra a importância metodológica da pesquisa participante, como recurso científico, distinto da militância, porém sem negar os compromissos social e político, necessariamente, envolvidos neste processo (Sawaia, 1987).

Quando decidimos delinear nova visão histórica da psicologia comunitária no Brasil, pudemos observar que os grupos, seja como recurso da pesquisa participante, seja como referência teórica, são os espaços privilegiados para uma análise teórico-prática dos avanços das consciências individuais envolvidas no processo.

É no contexto grupal que nos identificamos com o outro e nele também que nos diferenciamos deste, e assim construímos a nossa identidade, sendo o grupo condição para a sua manutenção ou metamorfose.

Porém, é também nas relações grupais que sentimos a ação do poder, o qual tanto pode negar a nossa identidade como redefini-la. Há o poder do "bom falante" - aquele que entende de tudo, e assim, impõe o seu pensamento aos demais, como uma verdade absoluta. Neste jogo, o participante "expressionista" se sente perdido pois "ele (o outro) é estudado", "ele sabe falar bem", e "precisamos de



um líder”. E a conclusão acaba sendo: “deixa ele decidir...” Desta forma cristalizamos a nossa identidade, nos submetendo a um poder autoritário e espúrio, esquecendo que em um grupo, por princípio, somos todos iguais em direitos e deveres.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABRAPSO. Anais do I Encontro de Psicologia na Comunicação, São Paulo, 1981.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia de desenvolvimento de comunidade no Brasil*, São Paulo, Cortez Editora, 1985.

ANDERY, A.A. “Psicologia na comunidade no Brasil”. In: Anais do I Encontro Regional de Psicologia *na comunidade*, São Paulo, 1981.

ARANTES, A.M.C. “Vila Acaba Mundo”. In: Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social, ABRAPSO, março, ano III, nº 4, 1988.

BOMFIM, E. “Vila Acaba Mundo, Bairro Sion”. In: Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social, ABRAPSO, março, ano in, ng 4, 1988.

BRÜHL, D. e MALHEIRO, D.P.A. “Psicologia na comunidade e os problemas psicossociais de grupos populacionais pobres do Nordeste do Brasil”. In: *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na comunidade*, São Paulo, 1981.

CAMPOS, R.H. de F. “Psicologia na comunitária no Brasil: Um pouco de história”. In: Anais do III Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, ANPEPP - PUC-SP, agosto, 1990, p. 28.

CANIATO, Angela. “Implicações do enfoque social na prática do psicólogo em saúde mental”. In: Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social, ABRAPSO, março, ano III, nº 9 4, 1988.

FIGUEIREDO, H. “Proposta de atuação do Projeto de Saúde Mental Comunitária do jardim Santo Antônio”. In: *Anais do I Encontro Regional na comunidade*, São Paulo, 1981.

MORTARA, P.M.G.C. A consciência social de uma população rural: um estudo de caso no Bairro Pantaleão (dissertação de mestrado), Amparo, PUC-SP, São Paulo, 1989.

PONTUAL, P. de C. e Moldes, P. "Experiência de bairro operário". In: *Anais do I Encontro Regional de Psicologia da comunidade*, São Paulo, 1981.

SAWAIA, Bader B. *A consciência em construção no processo de construção da existência* (tese de doutorado), PUC-SP, 1987.

VASSIMON, M.A. "Psicodrama pedagógico com mulheres na periferia". In: *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na comunidade*, São Paulo, 1981.